



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS PROCESSO nº 07076/2020

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos, através da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de refrigeração**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 13.602/2019, Decreto municipal nº 14.168/2020 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 08:00h do dia 06/01/2021, às 08:30h do dia 22/01/2021.**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:00h do dia 22/01/2021**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SARH/SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico <http://www.pjf.mg.gov.br>. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail - pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A subsecretaria não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS PROCESSO nº 07076/2020

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos, através da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo MENOR PREÇO, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 13.602/2019, Decreto Municipal nº 14.168,2020 e demais legislações aplicáveis.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando a **contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de refrigeração**, instalados nas diversas Unidades desta Secretaria de Saúde, constituindo-se na manutenção, revisão ou reparação, segundo critérios técnicos de componentes eletrônicos, elétricos e ou mecânicos necessários a utilização ou retorno dos equipamentos em condições normais de uso, **com eventuais substituições de peças**, conforme condições descritas nos Anexos deste Edital.

1.2. Serão efetuados os seguintes tipos de manutenção:

1.2.1. PREVENTIVA: Será realizada com os equipamentos em condições normais de funcionamento compreendendo as operações de inspeção geral, limpeza interna e externa sendo lavagem e lubrificação geral uma vez a cada ano, montagem e desmontagem dos equipamentos, ajustes, lubrificações, aferição, calibragem, regulagem e testes de desempenho e segurança e reparos que não incluam troca de peças. Assim, o Contratado deverá realizar e cumprir os serviços, tarefas e atividades necessárias para manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

Poderá ser realizada no local onde se encontram instalados ou nas oficinas do Contratado dependendo dos serviços a serem realizados.

1.2.2. CORRETIVA: Será efetuada quando os equipamentos estiverem com funcionamento anormal ou sem condições de uso, compreendendo a execução de todo e qualquer serviço necessário para que os equipamentos voltem as suas condições normais de funcionamento, inclusive com eventuais substituições de peças, usuais acessórios e componentes defeituosos. Poderá ser realizada nos locais onde se encontram instalados ou, se necessário, nas oficinas do Contratado. Se for necessário o envio do equipamento para a oficina do contratado, este ficará responsável por retirar e devolver o equipamento.

1.3. Da justificativa:

1.3.1. Conforme Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação do Ministério da Saúde; as Câmaras Refrigeradas são equipamentos recomendados para o armazenamento, acondicionamento dos imunobiológicos, vacinas constantes no calendário de vacinação por permitirem maior precisão no ajuste da temperatura, garantindo assim a manutenção dos imunobiológicos em condições adequadas de conservação (entre 2 a 8°C). As Câmaras Refrigeradas são dotadas de instrumentos de medição de temperatura e dispositivo de alarme não havendo necessidade de instalar nenhum deles.

1.3.2. Portanto, alterações na temperatura (alteração de frio ou calor) podem comprometer a potência imunogênica de cada vacina, uma vez que são produtos termolábeis e/ou fotossensíveis, o que poderá acarretar a redução ou falta de efeito final esperado da dose imunogênica.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.3.3. O objetivo final da rede de frio é assegurar que todos os imunobiológicos administrados mantenham as suas características iniciais a fim de conferir imunidade, haja vista que são produtos termolábeis, isto é, se deterioram depois de determinado tempo quando expostos à variações de temperatura inadequadas à sua conservação. Tendo em vista que os imunobiológicos são inativados pelo calor e variação de temperatura faz-se necessário mantê-los constantemente refrigerados utilizando instalações e equipamentos adequados em todas as instâncias; nacional, estadual, regional ou distrital e municipal/local. Um manuseio inadequado, equipamento com defeito ou falta de energia elétrica podem interromper o processo de refrigeração, comprometendo a potência e eficácia dos imunobiológicos

1.3.4. Quando o problema de falta de energia perdurar por um período maior que 4 horas ou quando não for possível prever sua duração, devem-se tomar providências imediatas, uma vez que um corte de energia por mais de 4 horas podem inutilizar os produtos imunobiológicos. A perda por inativação dos imunobiológicos afeta a população de Juiz de Fora e região tendo em vista que o município é referência para os demais.

1.4. Das especificações e valores estimados:

1.4.1. SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	90	30	R\$ 29,50	R\$ 10.620,00
02	CÂMARA FRIA	30	10	R\$ 89,00	R\$ 10.680,00
03	AR CONDICIONADO SPRINTER	12	4	R\$ 115,00	R\$ 5.520,00
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 32.700,00

1.4.2. SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	60	20	R\$ 29,50	R\$ 7.080,00
02	CÂMARA FRIA	30	10	R\$ 89,00	R\$ 10.680,00
03	AR CONDICIONADO SPRINTER	18	6	R\$ 115,00	R\$ 8.280,00
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 31.920,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO	R\$ 64.620,00
-------------------------	---------------

VALOR TOTAL DE PEÇAS	R\$ 12.924,00
----------------------	---------------



1.5. Da aquisição e da substituição de peças:

- a) Quando da necessidade de aquisição de peças, o Contratado deverá apresentar orçamentos que serão avaliadas, e as despesas com peças serão empenhadas e correrão por conta das Subsecretarias demandantes;
- b) Todas as peças que forem substituídas deverão ser devolvidas pelo Contratado à Unidade Requisitante;
- c) Sempre que possível serão utilizadas peças originais e novas;
- d) Somente será permitida a utilização de peças reaproveitadas ou recondicionadas para aparelhos fora de linha de fabricação;
- e) A mão de obra, para substituição de peças estará inclusa no contrato, e não poderá ser cobrada pelo Contratado.

1.5.1. Será destinado 20 % do valor total do contrato para fins de aquisição de peças.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias contida na LOA 2020/2021:

- Dotação 2020:

- Subsecretaria de Atenção à Saúde (Atenção Básica):

SSAS:	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.39 / 0155.600.000
PEÇAS	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.30 / 0155.000.000

- Dotação 2021:

SSAS:	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.39 / 0155.600.000
PEÇAS	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.30 / 0155.600.000

- Dotação 2020 e 2021:

- Subsecretaria de Vigilância Sanitária em Saúde:

DVEA	10.305.0003.2290.0000 / 33.90.39 / 0159.150.600
PEÇAS	10.305.0003.2290.0000 / 33.90.30 / 0159.150.600
<u>DDST</u>	10.305.0003.2295.0000 / 33.90.39 / 0159.150.600
<u>PEÇAS</u>	10.305.0003.2295.0000 / 33.90.30 / 0159.150.600
DVISAT	10.302.0003.2297.0000 / 339039 / 0159.149.600
PEÇAS	10.302.0003.2297.0000 / 339030 / 0159.149.600
DVISA	10.304.0003.2296.0000 / 339039 / 0159.150.600
PEÇAS	10.304.0003.2296.0000 / 339030 / 0159.150.600

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

4.1.8. empresas que não se enquadrarem na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item

6.1.2. Marca, quando for o caso;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Habilitação Jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.1.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.



7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- 8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.
- 8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5.1.** O julgamento das propostas será feito pelo menor valor global de acordo com o especificado no Anexo I.
- 8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.
- 8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.1.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

13.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

13.2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

13.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

XIV - DO CONTRATO

14.1. O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

14.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

14.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

14.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato da mesma, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 57, inciso II, havendo interesse das partes.

14.5. Do reajuste do contrato:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

14.5.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

14.5.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

14.5.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

14.5.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

15.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a Contratada.

15.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

XVI – DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. O Contratado deverá atender o chamado da Unidade Requisitante no **prazo máximo de até 04 (quatro) horas**, a partir do recebimento da ordem de serviço/autorização emitida pela Unidade Requisitante.

16.1.1. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: **Rua Halfeld, 1.400, Centro, CEP: 36.016-000- Tel. (32) 3690-8210/8211**, nesta cidade de Juiz de Fora/MG:

16.1.2. A sociedade empresária deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos serviços executados foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos mesmos.

16.2. A entrega dos serviços deste instrumento será feita ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as exigências das especificações.

16.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

16.4. O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando o Contratado para refazer o objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

16.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
XVII - DAS OBRIGAÇÕES**

17.1. Da Unidade Requisitante:

17.1.1. Relacionar-se com a Contratada exclusivamente por meio do setor por ela discriminado

17.1.2. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato;

17.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, devidamente identificados, ao local em que devam executar suas tarefas

17.1.4. Fornecer a Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato;

17.1.5. Emitir relatório a ser enviado com a Nota Fiscal, com as medições dos serviços, discriminando os setores onde eles foram prestados.

17.1.6. Informar a Contratada, nome e telefone do Fiscal do Contrato;

17.1.8. Zelar para que a mão de obra seja utilizada unicamente na realização das tarefas estabelecidas no Contrato

17.1.9. Efetuar o pagamento a Contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

17.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

17.2.1 As peças substituídas deverão ser orçadas pela Contratada, e serão encaminhadas para pesquisa de mercado. A Contratada deverá fornecer toda mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, inclusive aparelhagem para testes e calibrações;

17.2.2. Os equipamentos para uma mesma destinação podem ser de tipos, tamanhos, modelos e marcas variadas. Em consequência, as características específicas de determinados aparelhos não serão aceitas como justificativas para recusa na execução dos serviços solicitados;

17.2.3. Para as manutenções corretivas, atender ao chamado da Unidade Requisitante em até 04 horas a partir da comunicação de aquisição das peças;

17.2.4. Quando indicado pelo fabricante ou obrigatório pela legislação, efetuar testes de segurança;

17.2.5 Apresentar mensalmente junto com o documento de cobrança, relatório discriminando todas as intervenções e serviços realizados, seja com manutenção preventiva ou corretiva;

17.2.6. É de responsabilidade da Contratada, sem nenhum ônus adicional para a Unidade Requisitante, o fornecimento de materiais de limpeza e lubrificação necessários aos serviços, bem como a retirada de entulhos e sucata, oriundos do serviço;

17.2.7 Todos os serviços deverão atender as normas e especificações técnicas da ABNT pertinentes ao equipamento em manutenção. Não existindo norma específica os serviços deverão ser executados de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos;

17.2.8 A Contratada se obriga, ainda, sem ônus adicional para a Unidade Requisitante, executar testes e os demais procedimentos exigidos pelas normas técnicas oficiais ou pelos do fabricante;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.2.9. A Unidade Requisitante não dispõe da documentação técnica do fabricante (manuais de manutenção e operação), que, caso necessária deverá ser providenciada pelo Contratado;

17.2.10 A Contratada deverá dispor de telefone para contatos;

17.2.11. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados mediante um programa a ser acertado, no início da vigência do contrato, entre a Supervisão de Patrimônio da Unidade Requisitante e a Contratada, respeitadas as condições peculiares de cada equipamento e cada manutenção será objeto de Ordem de Serviço específica;

17.2.12. Os serviços de manutenção corretiva também serão executados mediante Ordens de Serviços;

17.2.13. As Ordens de Serviço serão emitidas em duas vias, ficando a primeira via com a Contratada e a segunda com a Unidade Requisitante contendo o recibo de entrega do equipamento, com assinatura legível. Por ocasião da devolução do equipamento reparado o representante da Unidade Requisitante, após testá-lo, acusará o recebimento na via entregue a Contratada;

17.2.14 Na Ordem de Serviço deverá constar, não apenas a identificação do equipamento a ser reparado como também os demais componentes que o acompanham, e, o número de patrimônio se houver;

17.2.15 Antes de iniciar qualquer reparo a Contratada deverá certificar-se de que o problema apontado não é decorrente da operação inadequada do equipamento. Caso o defeito seja decorrente de manuseio incorreto a Contratada deverá instruir o representante da Unidade Requisitante e os operadores dos equipamentos sobre a forma correta do seu manuseio e os recursos que o mesmo dispõe;

17.2.16. A Contratada, durante a realização dos serviços, deverá observar todas as normas legais vigentes de Medicina e Segurança do Trabalho, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de segurança individual – EPI;

17.2.17. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;

17.2.18. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja pela execução irregular ou pelo fornecimento inadequado de materiais e peças, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da execução pelos prepostos da Unidade Requisitante;

17.2.19. A Contratada será responsável também pelos danos, extravios ou qualquer tipo de prejuízos causados em máquinas, equipamentos e aparelhos da Unidade Requisitante;

17.2.20. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos sociais e trabalhistas e outros determinados por lei, assim como os impostos incidentes sobre os serviços prestados;

17.2.21. A Contratada deverá se responsabilizar integralmente pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da Unidade Requisitante ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a esta ou a seus empregados;

17.2.22. A Contratada deverá zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais são vedados a prática de qualquer tipo de jogo, venda de rifas, bilhetes, mercadorias, circulação de pedidos, manifestos, consumo de bebidas alcoólicas nas dependências da Unidade Requisitante, e permanência nas dependências da Unidade Requisitante fora do horário autorizado;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.2.23 Qualquer empregado da Contratada que na opinião da Unidade Requisitante seja inconveniente ou desrespeitoso com funcionários da Unidade Requisitante ou com o público, ou ainda que não realize seu serviço de forma adequada deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas contados a partir do momento da comunicação;

17.2.24 Não será permitida a subcontratação da prestação de serviços.

XVIII – DAS PENALIDADES

18.1. Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

18.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

18.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

18.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

18.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

18.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

18.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

18.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências



18.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

XIX – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DAS RETENÇÕES

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

19.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

19.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

19.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Contratada, por força da contratação.

19.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2.**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a Contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.7. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

19.10. Das retenções:

19.10.1 ISSQN: A alíquota de ISS incidente sobre os serviços, objeto deste Termo de Referência, é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 47, item 14.1 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de estabelecimento do prestador

19.10.2. INSS e IRRF: A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não manter a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria auto-



ridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM**, **subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SARH/SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187/8492, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas, ou através do e-mail **pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br**.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF/SARH/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado;
- Anexo II – Minuta de Contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. ENTE REQUISITANTE:

- 1.1 Secretaria de Saúde:** - Subsecretaria de Atenção à Saúde (SSAS) – Atenção Básica
- Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SSVS)

2. OBJETO:

2.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos (REFRIGERADOR, FREEZER, CÂMARA FRIA E AR CONDICIONADO TIPO SPRINTER E DE GAVETA), instalados nas diversas Unidades desta SS, constituindo-se na manutenção, revisão ou reparação, segundo critérios técnicos de componentes eletrônicos, elétricos e ou mecânicos necessários a utilização ou retorno dos equipamentos em condições normais de uso, **COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.**

2.2. Serão efetuados os seguintes tipos de manutenção:

2.2.1. PREVENTIVA: Será realizada com os equipamentos em condições normais de funcionamento compreendendo as operações de inspeção geral, limpeza interna e externa sendo lavagem e lubrificação geral uma vez a cada ano, montagem e desmontagem dos equipamentos, ajustes, lubrificações, aferição, calibragem, regulagem e testes de desempenho e segurança e reparos que não incluam troca de peças. Assim, a Contratada deverá realizar e cumprir os serviços, tarefas e atividades necessárias para manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

Poderá ser realizada no local onde se encontram instalados ou nas oficinas da Contratada dependendo dos serviços a serem realizados.

2.2.2. CORRETIVA: Será efetuada quando os equipamentos estiverem com funcionamento anormal ou sem condições de uso, compreendendo a execução de todo e qualquer serviço necessário para que os equipamentos voltem as suas condições normais de funcionamento, inclusive com eventuais substituições de peças, usuais acessórios e componentes defeituosos. Poderá ser realizada nos locais onde se encontram instalados ou, se necessário, nas oficinas da Contratada. Se for necessário o envio do equipamento para a oficina do contratado, este ficará responsável por retirar e devolver o equipamento.

3 – JUSTIFICATIVA(S):

3.1. Conforme Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação do Ministério da Saúde; as Câmaras Refrigeradas são equipamentos recomendados para o armazenamento, acondicionamento dos imunobiológicos, vacinas constantes no calendário de vacinação por permitirem maior precisão no ajuste da temperatura, garantindo assim a manutenção dos imunobiológicos em condições adequadas de conservação (entre 2 a 8°C). As Câmaras Refrigeradas são dotadas de instrumentos de medição de temperatura e dispositivo de alarme não havendo necessidade de instalar nenhum deles.

3.2. Portanto, alterações na temperatura (alteração de frio ou calor) podem comprometer a potência imunogênica de cada vacina, uma vez que são produtos termolábeis e/ou fotossensíveis, o que poderá acarretar a redução ou falta de efeito final esperado da dose imunogênica.

3.3. O objetivo final da rede de frio é assegurar que todos os imunobiológicos administrados mantenham as suas características iniciais a fim de conferir imunidade, haja vista que são produtos termolábeis, isto é, se deterioram depois de determinado tempo quando expostos a variações de temperatura inadequadas á sua conservação. Tendo em vista que os imunobiológicos são inativados pelo calor e variação de temperatura faz-se necessário mantê-los constantemente refrigerados utilizando instalações e equipamentos adequados em todas as instâncias; nacional, estadual, regional ou distrital e municipal/local. Um manuseio inadequado, equipamento com defeito ou falta de energia elétrica podem interromper o processo de refrigeração, comprometendo a potência e eficácia dos imunobiológicos



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.4. Quando o problema de falta de energia perdurar por um período maior que 4 horas ou quando não for possível prever sua duração, devem-se tomar providências imediatas, uma vez que um corte de energia por mais de 4 horas podem inutilizar os produtos imunobiológicos. A perda por inativação dos imunobiológicos afeta a população de Juiz de Fora e região tendo em vista que o município é referência para os demais.

4 – AVALIAÇÃO DO CUSTO:

4.1. Especificações e valores estimados:

Item	Código:	Descrição
01	298910002	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos (REFRIGERADOR, FREEZER, CÂMARA FRIA E AR CONDICIONADO TIPO SPRINTER E DE GAVETA)

4.1.1. SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	90	30	R\$ 29,50	R\$ 10.620,00
02	CÂMARA FRIA	30	10	R\$ 89,00	R\$ 10.680,00
03	AR CONDICIONADO SPRINTER	12	4	R\$ 115,00	R\$ 5.520,00
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 32.700,00

4.1.2. SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	60	20	R\$ 29,50	R\$ 7.080,00
02	CÂMARA FRIA	30	10	R\$ 89,00	R\$ 10.680,00
03	AR CONDICIONADO SPRINTER	18	6	R\$ 115,00	R\$ 8.280,00
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 31.920,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO	R\$ 64.620,00
VALOR TOTAL DE PEÇAS	R\$ 12.924,00

4.2. Será destinado 20 % do valor total do contrato para fins de aquisição de peças.



4.3. Os quantitativos, valores e descrição dos equipamentos, estão relacionados no anexo I.

4.4. Aquisição e substituição de peças:

- a) Quando da necessidade de aquisição de peças, a contratada deverá apresentar orçamentos que serão avaliadas, e as despesas com peças serão empenhadas e correrão por conta das Subsecretarias demandantes;
- b) Todas as peças que forem substituídas deverão ser devolvidas pela contratada ao contratante;
- c) Sempre que possível serão utilizadas peças originais e novas;
- d) Somente será permitida a utilização de peças reaproveitadas ou recondicionadas para aparelhos fora de linha de fabricação;
- e) A mão de obra, para substituição de peças já está inclusa no contrato, e não poderá ser cobrada pelo Contratado.

5 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO

5.1. Dotação orçamentária contida na LOA 2020/2021:

- Dotação 2020:

- Subsecretaria de Atenção à Saúde (Atenção Básica):

SSAS:	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.39 / 0155.600.000
PEÇAS	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.30 / 0155.000.000

- Dotação 2021:

SSAS:	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.39 / 0155.600.000
PEÇAS	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.30 / 0155.600.000

- Dotação 2020 e 2021:

- Subsecretaria de Vigilância Sanitária em Saúde:

DVEA	10.305.0003.2290.0000 / 33.90.39 / 0159.150.600
PEÇAS	10.305.0003.2290.0000 / 33.90.30 / 0159.150.600
<u>DDST</u>	10.305.0003.2295.0000 / 33.90.39 / 0159.150.600
<u>PEÇAS</u>	10.305.0003.2295.0000 / 33.90.30 / 0159.150.600
DVISAT	10.302.0003.2297.0000 / 339039 / 0159.149.600
PEÇAS	10.302.0003.2297.0000 / 339030 / 0159.149.600
DVISA	10.304.0003.2296.0000 / 339039 / 0159.150.600
PEÇAS	10.304.0003.2296.0000 / 339030 / 0159.150.600

6 – DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Todo serviço a ser contratado deverá ter a solicitação da Unidade Requisitante;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2. O contratado deverá atender o chamado da Unidade Requisitante no prazo máximo de até 4 horas;

6.3. Não será permitido subcontratação da prestação de serviços.

7 – EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA HABILITAÇÃO

7.1. Além dos documentos jurídicos fiscais deverá ser exigido dos licitantes a comprovação de aptidão para execução dos serviços, através da apresentação de, no mínimo, 01 (um atestado) emitido por pessoa física ou jurídica.

8 – VIGÊNCIA:

8.1. O contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da mesma, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 8.666/93 art. 57, inciso II havendo interesse das partes.

9 – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Da Unidade Requisitante:

9.1.1. Relacionar-se com a Contratada exclusivamente por meio do setor por ela discriminado

9.1.2. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato;

9.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, devidamente identificados, ao local em que devam executar suas tarefas

9.1.4. Fornecer a Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato;

9.1.5. Emitir relatório a ser enviado com a Nota Fiscal, com as medições dos serviços, discriminando os setores onde eles foram prestados.

9.1.6. Informar a Contratada, nome e telefone do Fiscal do Contrato;

9.1.8. Zelar para que a mão de obra seja utilizada unicamente na realização das tarefas estabelecidas no Contrato

9.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

9.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

9.2.1 As peças substituídas deverão ser orçadas pela Contratada, e serão encaminhadas para pesquisa de mercado. A Contratada deverá fornecer toda mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, inclusive aparelhagem para testes e calibrações;

9.2.2. Os equipamentos para uma mesma destinação podem ser de tipos, tamanhos, modelos e marcas variadas. Em consequência, as características específicas de determinados aparelhos não serão aceitas como justificativas para recusa na execução dos serviços solicitados;

9.2.3. Para as manutenções corretivas, atender ao chamado da Unidade Requisitante em até 04 horas a partir da comunicação de aquisição das peças;



- 9.2.4.** Quando indicado pelo fabricante ou obrigatório pela legislação, efetuar testes de segurança;
- 9.2.5** Apresentar mensalmente junto com o documento de cobrança, relatório discriminando todas as intervenções e serviços realizados, seja com manutenção preventiva ou corretiva;
- 9.2.6.** É de responsabilidade da Contratada, sem nenhum ônus adicional para a Unidade Requisitante, o fornecimento de materiais de limpeza e lubrificação necessários aos serviços, bem como a retirada de entulhos e sucata, oriundos do serviço;
- 9.2.7** Todos os serviços deverão atender as normas e especificações técnicas da ABNT pertinentes ao equipamento em manutenção. Não existindo norma específica os serviços deverão ser executados de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos;
- 9.2.8** A Contratada se obriga, ainda, sem ônus adicional para a Unidade Requisitante, executar testes e os demais procedimentos exigidos pelas normas técnicas oficiais ou pelos do fabricante;
- 9.2.9.** A Unidade Requisitante não dispõe da documentação técnica do fabricante (manuais de manutenção e operação), que, caso necessária deverá ser providenciada pela Contratada;
- 9.2.10** A Contratada deverá dispor de telefone para contatos;
- 9.2.11.** Os serviços de manutenção preventiva serão realizados mediante um programa a ser acertado, no início da vigência do contrato, entre a Supervisão de Patrimônio da Unidade Requisitante e a Contratada, respeitadas as condições peculiares de cada equipamento e cada manutenção será objeto de Ordem de Serviço específica;
- 9.2.12.** Os serviços de manutenção corretiva também serão executados mediante Ordens de Serviços;
- 9.2.13.** As Ordens de Serviço serão emitidas em duas vias, ficando a primeira via com a Contratada e a segunda com a Unidade Requisitante contendo o recibo de entrega do equipamento, com assinatura legível. Por ocasião da devolução do equipamento reparado o representante da Unidade Requisitante, após testá-lo, acusará o recebimento na via entregue a Contratada;
- 9.2.14** Na Ordem de Serviço deverá constar, não apenas a identificação do equipamento a ser reparado como também os demais componentes que o acompanham, e, o número de patrimônio se houver;
- 9.2.15** Antes de iniciar qualquer reparo a Contratada deverá certificar-se de que o problema apontado não é decorrente da operação inadequada do equipamento. Caso o defeito seja decorrente de manuseio incorreto a Contratada deverá instruir o representante da Unidade Requisitante e os operadores dos equipamentos sobre a forma correta do seu manuseio e os recursos que o mesmo dispõe;
- 9.2.16.** A Contratada, durante a realização dos serviços, deverá observar todas as normas legais vigentes de Medicina e Segurança do Trabalho, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de segurança individual – EPI;
- 9.2.17.** A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;
- 9.2.18.** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja pela execução irregular ou pelo fornecimento inadequado de materiais e peças, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da execução pelos prepostos da Unidade Requisitante;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.2.19. A Contratada será responsável também pelos danos, extravios ou qualquer tipo de prejuízos causados em máquinas, equipamentos e aparelhos da Unidade Requisitante;

9.2.20. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos sociais e trabalhistas e outros determinados por lei, assim como os impostos incidentes sobre os serviços prestados;

9.2.21. A Contratada deverá se responsabilizar integralmente pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da Unidade Requisitante ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a esta ou a seus empregados;

9.2.22. A Contratada deverá zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais são vedados a prática de qualquer tipo de jogo, venda de rifas, bilhetes, mercadorias, circulação de pedidos, manifestos, consumo de bebidas alcoólicas nas dependências da Unidade Requisitante, e permanência nas dependências do Contratante fora do horário autorizado;

9.2.23 Qualquer empregado da que na opinião da Unidade Requisitante seja inconveniente ou desrespeitoso com funcionários da Unidade Requisitante ou com o público, ou ainda que não realize seu serviço de forma adequada deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas contados a partir do momento da comunicação;

9.2.24 Não será permitido subcontratação da prestação de serviços.

10. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DAS RETENÇÕES

10.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

10.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

10.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

10.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

10.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, a Contratada, das penalidades previstas.

10.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Contratada, por força da contratação.

10.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

10.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

10.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

10.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a Contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

10.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

10.7. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

10.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, a Contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

10.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.10. Das retenções:

10.10.1 ISSQN: A alíquota de ISS incidente sobre os serviços, objeto deste Termo de Referência, é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 47, item 14.1 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de estabelecimento do prestador

10.10.2. INSS e IRRF: A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

11 – DAS PENALIDADES

11.1. Os casos de inexecução do objeto deste instrumento, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

11.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

11.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

11.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

11.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **11.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

11.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **11.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

11.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

11.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e exposto aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

11.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12 – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

12.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

12.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a Contratada.

12.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

13 – ANEXOS:

13.1. ANEXO I: DETALHAMENTO DE QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS

ANEXO I: DETALHAMENTO DE QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Embora a Secretaria de Saúde possua os quantitativos abaixo mencionados, não serão colocados para efeito de manutenção mensal todos os equipamentos, tomaremos por base que a manutenção preventiva será a cada três meses, assim todos os equipamentos sofrerão pelo menos uma intervenção trimestral.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	90	30	R\$ 29,50	R\$ 10.620,00
02	CÂMARA FRIA	30	10	R\$ 89,00	R\$ 10.680,00
03	AR CONDICIONADO SPRINTER	12	4	R\$ 115,00	R\$ 5.520,00
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 32.700,00

SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	60	20	R\$ 29,50	R\$ 7.080,00
02	CÂMARA FRIA	30	10	R\$ 89,00	R\$ 10.680,00
03	AR CONDICIONADO SPRINTER	18	6	R\$ 115,00	R\$ 8.280,00
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 31.920,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO					R\$ 64.620,00

VALOR TOTAL DE PEÇAS					R\$ 12.924,00
----------------------	--	--	--	--	---------------



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a)., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da de, neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº e Secretaria, neste ato representada por seu Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº/.....**, conforme consta do **processo** administrativo próprio nº/....., firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando a **contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de refrigeração**, instalados nas diversas Unidades desta Secretaria de Saúde, constituindo-se na manutenção, revisão ou reparação, segundo critérios técnicos de componentes eletrônicos, elétricos e ou mecânicos necessários a utilização ou retorno dos equipamentos em condições normais de uso, **com eventuais substituições de peças**, conforme condições descritas nos Anexos deste contrato.

1.2. Serão efetuados os seguintes tipos de manutenção:

1.2.1. PREVENTIVA: Será realizada com os equipamentos em condições normais de funcionamento compreendendo as operações de inspeção geral, limpeza interna e externa sendo lavagem e lubrificação geral uma vez a cada ano, montagem e desmontagem dos equipamentos, ajustes, lubrificações, aferição, calibragem, regulagem e testes de desempenho e segurança e reparos que não incluam troca de peças. Assim, o Contratado deverá realizar e cumprir os serviços, tarefas e atividades necessárias para manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

Poderá ser realizada no local onde se encontram instalados ou nas oficinas do Contratado dependendo dos serviços a serem realizados.

1.2.2.2. CORRETIVA: Será efetuada quando os equipamentos estiverem com funcionamento anormal ou sem condições de uso, compreendendo a execução de todo e qualquer serviço necessário para que os equipamentos voltem as suas condições normais de funcionamento, inclusive com eventuais substituições de peças, usuais acessórios e componentes defeituosos. Poderá ser realizada nos locais onde se encontram instalados ou, se necessário, nas oficinas do Contratado. Se for necessário o envio do equipamento para a oficina do contratado, este ficará responsável por retirar e devolver o equipamento.



1.3. Da justificativa:

1.3.1. Conforme Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação do Ministério da Saúde; as Câmaras Refrigeradas são equipamentos recomendados para o armazenamento, acondicionamento dos imunobiológicos, vacinas constantes no calendário de vacinação por permitirem maior precisão no ajuste da temperatura, garantindo assim a manutenção dos imunobiológicos em condições adequadas de conservação (entre 2 a 8°C). As Câmaras Refrigeradas são dotadas de instrumentos de medição de temperatura e dispositivo de alarme não havendo necessidade de instalar nenhum deles.

1.3.2. Portanto, alterações na temperatura (alteração de frio ou calor) podem comprometer a potência imunogênica de cada vacina, uma vez que são produtos termolábeis e/ou fotossensíveis, o que poderá acarretar a redução ou falta de efeito final esperado da dose imunogênica.

1.3.3. O objetivo final da rede de frio é assegurar que todos os imunobiológicos administrados mantenham as suas características iniciais a fim de conferir imunidade, haja vista que são produtos termolábeis, isto é, se deterioram depois de determinado tempo quando expostos à variações de temperatura inadequadas à sua conservação. Tendo em vista que os imunobiológicos são inativados pelo calor e variação de temperatura faz-se necessário mantê-los constantemente refrigerados utilizando instalações e equipamentos adequados em todas as instâncias; nacional, estadual, regional ou distrital e municipal/local. Um manuseio inadequado, equipamento com defeito ou falta de energia elétrica podem interromper o processo de refrigeração, comprometendo a potência e eficácia dos imunobiológicos

1.3.4. Quando o problema de falta de energia perdurar por um período maior que 4 horas ou quando não for possível prever sua duração, devem-se tomar providências imediatas, uma vez que um corte de energia por mais de 4 horas podem inutilizar os produtos imunobiológicos. A perda por inativação dos imunobiológicos afeta a população de Juiz de Fora e região tendo em vista que o município é referência para os demais.

1.4. Da aquisição e da substituição de peças:

- Quando da necessidade de aquisição de peças, o Contratado deverá apresentar orçamentos que serão avaliadas, e as despesas com peças serão empenhadas e correrão por conta das Subsecretarias demandantes;
- Todas as peças que forem substituídas deverão ser devolvidas pelo Contratado à Unidade Requisitante;
- Sempre que possível serão utilizadas peças originais e novas;
- Somente será permitida a utilização de peças reaproveitadas ou recondiçionadas para aparelhos fora de linha de fabricação;
- A mão de obra, para substituição de peças estará inclusa no contrato, e não poderá ser cobrada pelo Contratado.

1.5.1. Será destinado 20 % do valor total do contrato para fins de aquisição de peças.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DAS RETENÇÕES

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ (.....), conforme preço registrado e quantitativos da UG, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:

2.1.1. SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	90	30		
02	CÂMARA FRIA	30	10		



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

03	AR CONDICIONADO SPRINTER	12	4		
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5		
VALOR TOTAL ANUAL					

2.1.2. SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQUIP	QUANT. MENSAL EQUIP.	VALOR MENSAL UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
01	GELADEIRA E FREEZER	60	20		
02	CÂMARA FRIA	30	10		
03	AR CONDICIONADO SPRINTER	18	6		
04	AR CONDICIONADO GAVETA	15	5		
VALOR TOTAL ANUAL					

VALOR TOTAL DO CONTRATO	
--------------------------------	--

VALOR TOTAL DE PEÇAS	
-----------------------------	--

2.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

2.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

2.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

2.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

2.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Contratada, por força da contratação.

2.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **2.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

2.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

2.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

2.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, a Contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

2.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.9.10. Das retenções:

2.9.10.1 ISSQN: A alíquota de ISS incidente sobre os serviços, objeto deste Termo de Referência, é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 47, item 14.1 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de estabelecimento do prestador

2.9.10.2. INSS e IRRF: A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

2.10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias contida na LOA 2020/2021:

- Dotação 2020:

- Subsecretaria de Atenção à Saúde (Atenção Básica):

SSAS:	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.39 / 0155.600.000
PEÇAS	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.30 / 0155.000.000

- Dotação 2021:

SSAS:	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.39 / 0155.600.000
PEÇAS	10.301.0003.2276.2005 / 33.90.30 / 0155.600.000

- Dotação 2020 e 2021:

- Subsecretaria de Vigilância Sanitária em Saúde:

DVEA	10.305.0003.2290.0000 / 33.90.39 / 0159.150.600
PEÇAS	10.305.0003.2290.0000 / 33.90.30 / 0159.150.600



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

DDST	10.305.0003.2295.0000 / 33.90.39 / 0159.150.600
PEÇAS	10.305.0003.2295.0000 / 33.90.30 / 0159.150.600
DVISAT	10.302.0003.2297.0000 / 339039 / 0159.149.600
PEÇAS	10.302.0003.2297.0000 / 339030 / 0159.149.600
DVISA	10.304.0003.2296.0000 / 339039 / 0159.150.600
PEÇAS	10.304.0003.2296.0000 / 339030 / 0159.150.600

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.9. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato da mesma, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 57, inciso II, havendo interesse das partes.

3.10. Do reajuste do contrato:

3.10.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.10.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

3.10.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

3.10.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. O Contratado deverá atender o chamado da Unidade Requisitante no **prazo máximo de até 04 (quatro) horas**, a partir do recebimento da ordem de serviço/autorização emitida pela Unidade Requisitante.

4.1.1. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: **Rua Halfeld, 1.400, Centro, CEP: 36.016-000- Tel. (32) 3690-8210/8211**, nesta cidade de Juiz de Fora/MG:

4.1.2. A sociedade empresária deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos serviços executados foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos mesmos.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.2. A entrega dos serviços deste instrumento será feita ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as exigências das especificações.

4.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando o Contratado para refazer o objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Unidade Requisitante:

5.1.1. Relacionar-se com a Contratada exclusivamente por meio do setor por ela discriminado

5.1.2. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato;

5.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, devidamente identificados, ao local em que devam executar suas tarefas

5.1.4. Fornecer a Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato;

5.1.5. Emitir relatório a ser enviado com a Nota Fiscal, com as medições dos serviços, discriminando os setores onde eles foram prestados.

5.1.6. Informar a Contratada, nome e telefone do Fiscal do Contrato;

5.1.8. Zelar para que a mão de obra seja utilizada unicamente na realização das tarefas estabelecidas no Contrato

5.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

5.2. Da Sociedade Empresária Contratada:

5.2.1 As peças substituídas deverão ser orçadas pela Contratada, e serão encaminhadas para pesquisa de mercado. A Contratada deverá fornecer toda mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, inclusive aparelhagem para testes e calibrações;

5.2.2. Os equipamentos para uma mesma destinação podem ser de tipos, tamanhos, modelos e marcas variadas. Em consequência, as características específicas de determinados aparelhos não serão aceitas como justificativas para recusa na execução dos serviços solicitados;

5.2.3. Para as manutenções corretivas, atender ao chamado da Unidade Requisitante em até 04 horas a partir da comunicação de aquisição das peças;

5.2.4. Quando indicado pelo fabricante ou obrigatório pela legislação, efetuar testes de segurança;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.5 Apresentar mensalmente junto com o documento de cobrança, relatório discriminando todas as intervenções e serviços realizados, seja com manutenção preventiva ou corretiva;

5.2.6. É de responsabilidade da Contratada, sem nenhum ônus adicional para a Unidade Requisitante, o fornecimento de materiais de limpeza e lubrificação necessários aos serviços, bem como a retirada de entulhos e sucata, oriundos do serviço;

5.2.7 Todos os serviços deverão atender as normas e especificações técnicas da ABNT pertinentes ao equipamento em manutenção. Não existindo norma específica os serviços deverão ser executados de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos;

5.2.8 A Contratada se obriga, ainda, sem ônus adicional para a Unidade Requisitante, executar testes e os demais procedimentos exigidos pelas normas técnicas oficiais ou pelos do fabricante;

5.2.9. A Unidade Requisitante não dispõe da documentação técnica do fabricante (manuais de manutenção e operação), que, caso necessária deverá ser providenciada pela Contratada;

5.2.10 A Contratada deverá dispor de telefone para contatos;

5.2.11. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados mediante um programa a ser acertado, no início da vigência do contrato, entre a Supervisão de Patrimônio da Unidade Requisitante e a Contratada, respeitadas as condições peculiares de cada equipamento e cada manutenção será objeto de Ordem de Serviço específica;

5.2.12. Os serviços de manutenção corretiva também serão executados mediante Ordens de Serviços;

5.2.13. As Ordens de Serviço serão emitidas em duas vias, ficando a primeira via com a Contratada e a segunda com a Unidade Requisitante contendo o recibo de entrega do equipamento, com assinatura legível. Por ocasião da devolução do equipamento reparado o representante da Unidade Requisitante, após testá-lo, acusará o recebimento na via entregue a Contratada;

5.2.14 Na Ordem de Serviço deverá constar, não apenas a identificação do equipamento a ser reparado como também os demais componentes que o acompanham, e, o número de patrimônio se houver;

5.2.15 Antes de iniciar qualquer reparo a Contratada deverá certificar-se de que o problema apontado não é decorrente da operação inadequada do equipamento. Caso o defeito seja decorrente de manuseio incorreto a Contratada deverá instruir o representante da Unidade Requisitante e os operadores dos equipamentos sobre a forma correta do seu manuseio e os recursos que o mesmo dispõe;

5.2.16. A Contratada, durante a realização dos serviços, deverá observar todas as normas legais vigentes de Medicina e Segurança do Trabalho, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de segurança individual – EPI;

5.2.17. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;

5.2.18. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja pela execução irregular ou pelo fornecimento inadequado de materiais e peças, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da execução pelos prepostos da Unidade Requisitante;

5.2.19. A Contratada será responsável também pelos danos, extravios ou qualquer tipo de prejuízos causados em máquinas, equipamentos e aparelhos da Unidade Requisitante;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.20. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos sociais e trabalhistas e outros determinados por lei, assim como os impostos incidentes sobre os serviços prestados;

5.2.21. A Contratada deverá se responsabilizar integralmente pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da Unidade Requisitante ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a esta ou a seus empregados;

5.2.22. A Contratada deverá zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais são vedados a prática de qualquer tipo de jogo, venda de rifas, bilhetes, mercadorias, circulação de pedidos, manifestos, consumo de bebidas alcoólicas nas dependências da Unidade Requisitante, e permanência nas dependências da Unidade Requisitante fora do horário autorizado;

5.2.23. Qualquer empregado da que na opinião da Unidade Requisitante seja inconveniente ou desrespeitoso com funcionários da Unidade Requisitante ou com o público, ou ainda que não realize seu serviço de forma adequada deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas contados a partir do momento da comunicação;

5.2.24. Não será permitido subcontratação da prestação de serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Os casos de inexecução do objeto deste **contrato**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

7.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a Contratada.

7.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO

8.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

8.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

8.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

CLÁUSULA NONA DAS COMUNICAÇÕES

9.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

**PREFEITO
GESTOR(ES) DA(S) UG(S)
EMPRESA**

Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.: _____

Ass.: _____

Nome: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

C.P.F.: _____

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado,
telefone(s), e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº .../20....**, assim como tem pleno conhecimento do
objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 410/2020 - SS

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.